

Juizes repelem incorporação de promotores ao Judiciário

SÃO PAULO — O Vice-Presidente da Associação Paulista de Magistrados, Juiz Régis Fernandes de Oliveira, não acredita que o anteprojeto apresentado pelo Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) vá durar muito. Essa também é a posição dos magistrados de todo o País, que se reuniram na última terça-feira e redigiram a "Carta de Brasília", onde, entre outras reivindicações, pedem autonomia financeira para permitir que os tribunais façam suas previsões orçamentárias.

— Bernardo Cabral deverá substituir esse projeto. Acho que ele não vai vingar, apesar de todo o trabalho e das milhares de emendas apresentadas até agora. A proposta contém toda a sorte de interesses classistas. Tem coisas boas, mas carrega aspectos negativos, como a incorporação do Ministério Público e da Procuradoria do Estado ao Judiciário.

A "Carta de Brasília", redigida após um encontro nacional de juizes, é endossada pela Associação dos Magistrados Brasileiros e foi enviada às principais autoridades do País. Abaixo, seu texto na íntegra:

"A Associação dos Magistrados Brasileiros, congregando 42 associações de magistrados estaduais e federais da Justiça comum e especializada, reunida hoje em Brasília, reconhecendo o trabalho exaustivo e elogiável dos nobres constituintes, consubstanciando no projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, e confirmando propósitos de aperfeiçoamento das insti-

tuções do Judiciário como Poder, resolve:

"Ratificar as propostas apresentadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros sobre o Poder Judiciário, resultantes de consenso havido nos Congressos Nacionais de Manaus, Recife e Curitiba;

"Destacar como pontos imprescindíveis à consecução dos princípios fundamentais do Judiciário:

"1. Autonomia financeira, em conformidade com o projeto da Comissão de Sistematização, ressaltando a necessidade de se atribuir competência privativa a todos os tribunais para a elaboração orçamentária;

"2. Autonomia administrativa, sublinhada a modernização do Judiciário, acessível e eficiente, pela iniciativa e competência dos tribunais, na criação e ampliação de órgãos especializados suficientes e Justiça de Paz;

"3. Aprimoramento técnico-profissional e das condições essenciais ao exercício da magistratura, como carreira, com presença maior nos tribunais superiores e Supremo Tribunal Federal.

"Manifestar inconformismo com a vinculação ao Poder Judiciário de outras instituições que precisam ser fortalecidas, mas por direito próprio e não através de equiparação, como consta dos artigos 55 (parágrafo 3º), 234 e 235 (parágrafo 1º), ferindo o princípio da igualdade das partes no processo e desestimulando o ingresso na magistratura".

Bloco suprapartidário pode ajudar Governo no futuro

BRASÍLIA — O bloco suprapartidário articulado pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, para atuar na Constituinte, tem o objetivo de transformar-se, após a promulgação da nova Carta, na verdadeira base de sustentação política do Governo. A estratégia, que tem o estímulo do Presidente Sarney, evita o clima de disputa fisiológica de cargos durante a fase decisiva dos trabalhos constituintes.

Segundo um dos parlamentares empenhados na formação do bloco, e que ontem esteve com o Presidente Sarney, a preocupação do Planalto é a de que em nenhum momento a iniciativa de formar a nova base seja atribuída ao Governo. De acordo com esse interlocutor do Presidente da República, ele ontem foi informado de que a formalização do bloco suprapartidário será no próximo dia 5, no Clube do Congresso, à noite.

Esse parlamentar assegura que o Governo está consciente de que estimula a iniciativa com algum atraso e que cometeu um erro político ao não se caracterizar, desde o início, como governo de transição, acima dos partidos políticos. A formação do bloco suprapartidário garantiria maioria ao Governo para consolidar um novo texto constitucional sem os radicalismos da direita ou da esquerda, garantindo a transição.

— Depois disso, o bloco será a base de sustentação para o último ano do Governo Sarney e provocará a reformulação da composição ministerial, sem maiores traumas — disse.

Essa estratégia, ainda de acordo com o informante, serve para tranquilizar também a área militar que emitia há semanas sinais de preocupação com o tratamento dado à ques-

tão da anistia aos militares cassados, com reintegração e pagamento dos atrasados, pelos constituintes. Nesse sentido, a tese foi confirmada em parte, ontem, pelo Líder do PTB, Gastone Righi, que conversou demoradamente com o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, durante a solenidade militar de condecoração com a Ordem do Mérito das Forças Armadas, no Estado-Maior das Forças Armadas, a qual compareceu o Presidente Sarney.

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não quis comentar o futuro do bloco suprapartidário, mas reiterou a disposição do Governo em acolhê-lo como a qualquer apoio espontâneo:

— A aliança é do PMDB e do PFL, mas todos que quiserem ser solidários com o Governo serão muito bem recebidos — disse o Ministro.

Costa Couto admitiu até mesmo o apoio do PDS, mas frisou que não cabe ao Governo decidir sobre o ingresso de outras legendas na Aliança Democrática.

— É uma decisão que não compete ao Governo, mas aos componentes dos demais partidos. O Governo precisa sempre ampliar a sua base de sustentação política e aceita apoio — disse Costa Couto.

O Governador de Goiás, Henrique Santillo, também esteve ontem com Sarney, em almoço no Palácio da Alvorada. Santillo deixou a residência oficial sustentando que é urgente a unidade do PMDB e que o Presidente Sarney manifestou esse tipo de preocupação. O Governador disse também que a ampliação da base de sustentação política do Governo é solução legítima.

Leônidas declara a preferência dos militares: presidencialismo mitigado

BRASÍLIA — "Eu vou cometer uma inconflidência: a preferência é por essa fórmula que está sendo mais divulgada, do presidencialismo mitigado", disse o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, após reunião, ontem, do Alto Comando do Exército. O Ministro considerou, na mesma ocasião, que a anistia aos militares cassados, como está proposta à Constituinte, ameaça as Forças Armadas e sua aprovação seria "lamentável".

Segundo o Ministro, a reunião do Alto Comando do Exército foi uma avaliação conjuntural do processo político e da Constituinte, além dos temas restritos aos militares, como as promoções. Ele foi veemente ao considerar que a anistia já concedida aos militares cassados constitui uma "generosidade excessiva e injusta com o Brasil". Quando um repórter insistiu sobre a hipótese de a Constituinte aprovar a proposta que as Forças Armadas condenam, ele, irritado, tentou arrancar o gravador das mãos do repórter, o que um segurança acabou fazendo. Em seguida, o Ministro acusou o jornalista de "procurar intriga".

— Que perguntas mais impertinente a sua. Não tem cabimento você me perguntar isso. Que a Constituinte aprove, eu até admito, mas não admito sua pergunta, por uma razão muito simples: porque a Constituição de um País é uma coisa muito séria e você, meu jovem, está que-



Ministro Leônidas Gonçalves irrita-se com repórter durante a entrevista

rendo fazer uma intriga. Uma intriga para pegar a minha palavra e fazer intriga como você sistematicamente faz.

Mais calmo, o General Leônidas enumerou três razões para condenar a proposta de anistia que está na Constituinte: 1) a anistia dada foi a mais ampla, mais justa, mais generosa possível. Não temos mais nada a dar, sob pena de sermos injustos com aqueles que permaneceram nas Forças Armadas; 2) ingressariam nas Forças Armadas os que quises-

sem reversão, pois eles já não estão mais credenciados para desempenhar as atividades profissionais, depois de um afastamento de 23 anos; 3) o pagamento dos atrasados. Não há possibilidade de a Nação arcar com isso. Para se ter uma idéia, a Marinha fez um cálculo e deu 10 bilhões de cruzados, o que significa dois terços do orçamento da Marinha. Só com esses dados os senhores podem ver que a anistia que está lá é uma anistia que o Brasil não suportaria — concluiu.

Governo teme batalha campal nas votações da Constituinte

BRASÍLIA — Uma batalha campal entre as facções comprometidas com teses polêmicas na Constituinte — e que ameaçam trazer a Brasília caravanas gigantescas para pressionar os parlamentares — começa a preocupar o Palácio do Planalto, que já estuda a possibilidade de um esquema de segurança que restrinja o acesso rodoviário à Capital durante a votação final da Assembléia.

O assunto, por enquanto, é restrito aos gabinetes do quarto andar do Palácio do Planalto, mas assessores graduados do Presidente temem que os conflitos registrados ainda na fase das comissões temáticas da Constituinte, ganhem dimensões nunca registradas quando a Assembléia entrar em sua fase decisiva. Dados de que o Palácio dispõe, incluem promessas da UDR e da CUT de trazer a Brasília caravanas com 30 mil ou mais manifestantes.

Fontes do Governo detectaram essa mesma preocupação nos corredores do Congresso e prevêem um problema ainda maior: o temor dos constituintes mais expressivos de tomar a iniciativa de requerer forças policiais para uma operação que vise impedir o acesso fácil de massas mobilizadas para pressionar os constituintes. É que desde a decretação de medidas de emergência pelo Governo Figueiredo, na votação da emenda Dante de Oliveira, criou-se uma inibição política nesse sentido.

Um assessor do Presidente José Sarney lembrou que o ex-Deputado Airton Soares, Líder do PT na última legislatura, recusou-se a votar na Câmara sob a pressão das galerias, que exigiam a aprovação de



Bayma Denys: confusão preocupa

projeto regulamentando a profissão de bioquímico.

— Ninguém suporta o risco de ser acuado pelas galerias enfurecidas — disse o assessor presidencial.

Esse mesmo funcionário lembrou que na Subcomissão da reforma agrária, o Deputado Aldo Arantes, do PC do B, insuflou as galerias para descerem ao plenário e só escapou de um massacre por sorte: sem saber, ele estava chamando integrantes da UDR para resolver conflitos ideológicos na força física.

As esferas às quais compete a análise do problema, por parte do Governo, estão mais inquietas na medida em que há a convicção de que qualquer medida terá que ser tomada com muita antecedência. E lembrou que o próprio Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na

fase de votação das Subcomissões, afirmou ao Líder do PFL, José Lourenço, que só tomaria iniciativas de pedir reforço policial se fosse um pedido formal de todos os líderes. José Lourenço, então, lhe disse:

— Vou buscar meu revólver.

Diante dessa resposta intempestiva, Ulysses recuou e tranquilizou o parlamentar, providenciando a solução desejada por ele. Mesmo assim, a Subcomissão não se reuniu sem registrar graves incidentes de plenário.

Porém, o Líder do PTB, Gastone Righi, acredita que a saída será um acordo antecipado, com a intermediação das lideranças da Constituinte. Ele recorre a situação de mútua ameaça entre União Soviética e Estados Unidos para sustentar que as facções mais exaltadas têm que evitar um confronto pelo medo.

— CUT e UDR têm a bomba atômica e devem se respeitar — disse.

Em todo caso, na falta de um acordo antecipado, Righi diz que se o problema for a falta de iniciativa parlamentar, ele se dispõe a resolver.

— Para evitar o pior, peço reforço. Só que não creio que seja necessário decretar as medidas de emergência. Um forte e inteligente esquema de policiamento daqui de Brasília mesmo resolve a questão — concluiu o Deputado.

O Ministro-Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, concorda que o problema existe e preocupa. Mas disse que ainda não se dedicou a ele.

— Mas estou preocupado — admitiu.

Emfa preocupa-se com as instituições

BRASÍLIA — "Nos aflige, sobretudo, a possibilidade de que venham a ser consagrados na futura Constituição determinados mandamentos que possam abalar os alicerces de algumas das nossas mais caras e expressivas instituições, entre as quais incluímos as Forças Armadas". A declaração foi feita ontem pelo Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Paulo Campos Paiva, em sua ordem-do-dia alusiva aos 41 anos de criação do EMFA.

Ele ressaltou ainda que está confiante, contudo, em que o bom senso vai predominar:

— E então o povo brasileiro será brindado com uma Constituição que, atenta à realidade do País, mas pairando acima das paixões dos momentos, esteja voltada para a satisfação dos interesses nacionais.

O Presidente José Sarney compareceu à solenidade de comemoração do aniversário do EMFA.

Durante ascerimônias, foram entregues condecorações a diversas personalidades civis e militares, entre elas diversos Generais da reserva, como Lyra Tavares e Reynaldo Mello de Almeida.

PMDB defende sessões extras na Constituinte

BRASÍLIA — O PMDB decidiu ontem apoiar a idéia de serem realizadas sessões extraordinárias às terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã, para discutir o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que está em São Paulo, telefonou ontem ao Deputado Antônio Britto (PMDB-RS) e pediu-lhe que levasse esta posição do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

— Entendemos que é uma experiência que pode ser tentada — afirmou Britto. A idéia das sessões matutinas, que serão realizadas com pautas pré-fixadas, surgiu na última quarta-feira durante uma reunião das lideranças com o Deputado Ulysses Guimarães, para discutir alternativas que motivassem os parlamentares a participar das discussões do projeto de Constituição.

Britto informou que Ulysses ouvirá novamente as lideranças a respeito do assunto. Restará agora o PFL apoiar a iniciativa, já que os pequenos partidos endossam a medida.

Anteontem, o Deputado Bocaiúva Cunha (PDT-RJ) leu em plenário a pauta das reuniões, organizada pelo Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). As sessões começariam dia 4 de agosto, quando o tema seria educação. Elas se estenderiam até 21 de agosto, sempre às terças, quartas e quintas, das 9 às 13 horas.

— Se essas sessões forem regulamentadas, provavelmente irão humilhar as sessões ordinárias — previu o Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que tem acompanhado o vazio do plenário nos debates.